

**XXV CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

PROVA ESCRITA PRELIMINAR

BANCA I

- 1) O cheque prescrito pode ser protestado? Resposta justificada. (7 pontos)
- 2) Em ação de cobrança, é proferida sentença de procedência parcial. Antes da divulgação da sentença no diário oficial eletrônico, a parte ré, já conhecedora do teor da sentença, apresenta apelação. Após a divulgação da sentença no diário oficial eletrônico, a parte autora opõe embargos de declaração, que são rejeitados. É feita a regular intimação relativa à decisão que rejeitou os declaratórios, sem manifestação das partes. Antes de a apelação da parte ré ser encaminhada ao tribunal, vêm aos autos apenas as contrarrazões da parte autora. Pergunta-se então: o tribunal deve admitir a apelação? Resposta justificada. (7 pontos)
- 3) Conceitue “violação positiva do contrato” e diga se ela foi acolhida pelo ordenamento jurídico brasileiro. (7 pontos)
- 4) Em sede de direito de propriedade, esclareça o que se entende por ‘desapropriação judicial por interesse social’ e suas consequências para o proprietário. (7 pontos)
- 5) Vitor Nunes, domiciliado no Rio de Janeiro, soube que a empresa de telefonia da qual é cliente foi condenada, com trânsito em julgado. A sentença foi prolatada pela Justiça de São Paulo, numa ação civil pública por interesse individual homogêneo, a indenizar os seus clientes por determinada prática abusiva da qual ele também fora vítima. Diga a medida judicial a ser tomada em favor de Vitor Nunes e o juízo competente. Resposta justificada. (7 pontos)

BANCA II

- 1) JOÃO foi preso em flagrante em 30/08/2006 por suposta venda de drogas, permanecendo preso ao longo de todo o processo. Foi condenado definitivamente à pena de 5 anos de reclusão em regime fechado pelo delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei nº 11.343/2006, não tendo sido aplicada a causa de diminuição prevista no §4º do art. 33, do mesmo diploma legal. Em 11/01/2010, JOÃO obteve liberdade por livramento condicional, obedecendo-o regularmente até o cumprimento integral de sua pena, ocorrido em 29/08/2011. No dia 20/01/2015, JOÃO é novamente preso em flagrante por suposta venda de drogas, estando incurso nas penas do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei nº 11.343/2006. A família de JOÃO procura você, Defensor(a) Público(a) em exercício junto à Vara Criminal, desejando saber: em caso de condenação pelo novo delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei nº 11.343/2006, JOÃO fará jus ao Livramento Condicional e à Progressão de Regime? Em caso negativo, aponte as razões da impossibilidade e, em caso positivo, indique fundamentadamente quais frações de pena deverão ser cumpridas para a obtenção de Livramento Condicional e Progressão de Regime. (7 pontos)
- 2) MÉVIO foi pronunciado por tentativa de homicídio qualificado pelo motivo fútil. Na sessão de julgamento, a acusação sustentou a condenação nos termos da pronúncia. A defesa, por seu turno, sustentou a tese de negativa de autoria. Ao se recolher na sala secreta, o Conselho de Sentença reconheceu a materialidade do fato no primeiro quesito, reconheceu a autoria do réu no segundo quesito e, ao julgar o terceiro quesito obrigatório (quesito genérico de absolvição), quatro jurados responderam afirmativamente. O juiz presidente declarou encerrada a votação e reconheceu a absolvição do réu, proferindo a respectiva sentença, com expedição de alvará de soltura. O Ministério Público interpõe recurso de apelação, aduzindo que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos (art. 593, inciso III, alínea *d* do Código de Processo Penal). Como Defensor(a) Público(a), ao receber vista dos autos, qual(is) medida(s) adotaria e sob quais fundamentos? (7 pontos)

3) TÍCIO, morador do Morro da Boca, é parado por uma guarnição da polícia com uma arma apontada para sua cabeça enquanto se dirigia para o bar de João Cachaça. O policial VALENTE acusa TÍCIO de integrar o tráfico de drogas local, informando-o que possui filmagens que comprovam sua traficância. Em seguida, ordena-lhe que informe quem são e onde vivem os traficantes da localidade. TÍCIO nega a acusação, bem como conhecer os traficantes do Morro da Boca, o que deixa o policial VALENTE furioso. Diante da negativa, o policial VALENTE determina a TÍCIO que leve a guarnição à sua residência. Na revista à casa de TÍCIO, foi encontrada uma arma calibre 38 carregada e em plenas condições de uso. Assim, TÍCIO é preso em flagrante pelo crime de posse de arma de fogo de uso permitido (artigo 12, da Lei 10.826/2003). Qual(is) tese(s) pode(m) ser arguida(s) em favor de TÍCIO? Resposta justificada. (7 pontos)

4) JOÃO LENO encontra-se preso na Penitenciária Federal de Campo Grande-MS e figura como réu em ação penal que tramita em Bangu, na qual se lhe imputa a prática do delito previsto no art. 157, §3º, *in fine*, e art. 213, na forma do art. 69, todos do Código Penal. Embora requisitado mais de uma vez para Audiência de Instrução e Julgamento, o réu nunca foi transportado para presenciar o ato, de forma que o juiz realizou a oitiva das testemunhas sem a sua presença e determinou a expedição de carta precatória para realização de interrogatório pelo juiz de direito de Campo Grande – MS. O juiz de direito de Campo Grande-MS declinou da competência e remeteu a precatória para as varas federais criminais, ao argumento de que o apenado encontra-se em estabelecimento penal federal. O juiz federal sorteado, por sua vez, entendeu que não tem competência para realizar o interrogatório e suscitou conflito negativo de competência. Diante disso, o juiz da Vara Criminal de Bangu determinou a realização de interrogatório por videoconferência, fundamentando sua decisão no excesso de prazo, vez que o réu encontra-se preso há 08 (oito) meses. Como Defensor (a) da vara criminal, você recebe o processo para ciência da decisão. Que providência(s) judicial (is) e/ou administrativa(s) deve(m) ser adotada(s)? Resposta justificada. (7 pontos)

5) JOSIAS foi preso em flagrante pela prática do delito previsto no artigo 33 da Lei n. 11.343/06, sendo primário e portador de bons antecedentes. Como estava sem dinheiro, resolveu vender parte da droga que guardava em casa para uso próprio e acabou flagrado por policiais em ação de rotina, apanhando muito destes. Chegando o flagrante à sua presença, discorra sobre a medida a ser adotada e seu embasamento legal, especialmente diante da novel diretriz do Conselho Nacional de Justiça quanto à verificação da real necessidade da privação da liberdade após o flagrante. Resposta justificada. (7 pontos)

BANCA III

1) Defensor Público Titular de Comarca do Estado do Rio de Janeiro com atribuição fazendária é procurado por assistido, citado em ação de execução fiscal para cobrança de IPTU referente aos exercícios de 2004, 2005, 2006 e 2007. Todos os exercícios estão consubstanciados na Certidão da Dívida Ativa (CDA) de n. 2008122880, que traz o valor total da execução de R\$ 5.450,00, sem identificação do contribuinte. A ação foi distribuída em 03/03/2009 e no mesmo dia foi determinada a citação do executado, realizada pessoalmente em 20/05/2014. Analise o caso, indicando qual a peça processual a ser elaborada e o que deve ser alegado na defesa dos interesses do assistido. (DISPENSADA A ELABORAÇÃO DA PEÇA) (6 pontos)

2) Marisa, mãe de Daniela, que conta com 2 anos, procura a Defensoria Pública narrando que trabalha como atendente de balcão em uma padaria, auferindo o piso regional pago à categoria. Marisa deseja que sua filha Daniela estude em uma das creches municipais próximas à residência familiar, já que não há pessoa que possa tomar conta da criança quando se ausenta para trabalhar. Informou que procurou a Secretaria Municipal de Educação, entretanto, informaram-lhe que não havia vagas disponíveis para matrícula de sua filha. O Defensor Público oficiou à referida Secretaria para colher informações sobre o caso, tendo obtido resposta escrita confirmando as

narrações da mãe e justificando inexistir orçamento disponível para custeio da despesa. Na qualidade de Defensor(a) Público(a), indique o instrumento processual adequado para tutelar eventual pretensão de Daniela, apresentando sinteticamente os fundamentos jurídicos da pretensão. (6 pontos)

3) Quais os limites da liberdade de informação e, caso conflite com o direito ao esquecimento, qual deve prevalecer? (6 pontos)

4) Diante da moderna fisionomia constitucional da Defensoria Pública, a garantia da inamovibilidade deve ser considerada absoluta ou relativa? Justifique. (6 pontos)

5) Em dezembro de 2014, a Comissão Nacional de Verdade (CNV) publicou o relatório final, após exaustivas investigações, sobre as violações de direitos humanos perpetradas pelo Estado entre os anos de 1946 a 1988. Entre as recomendações da CNV consta a seguinte:

“II. Recomendações

(11) Fortalecimento das Defensorias Públicas

27. No contexto das graves violações de direitos humanos investigadas pela CNV, sobressaiu a percepção de que a dificuldade de acesso dos presos à Justiça facilitou grandemente a possibilidade de que fossem vítimas de abusos, por ação ou omissão da administração pública. Como esse quadro subsiste nos dias de hoje, recomenda-se o fortalecimento das Defensorias Públicas, criadas constitucionalmente para o atendimento da população de baixa renda e revestidas das condições institucionais para propiciar maior proteção às pessoas detidas. O contato pessoal do Defensor Público com o preso nos distritos policiais e no sistema prisional é a melhor garantia para o exercício pleno do direito de defesa e para a prevenção de abusos e violações de direitos fundamentais, especialmente tortura e maus-tratos” (Relatório Final da Comissão Nacional de Verdade, Parte V, Recomendações, pág. 969).

Neste contexto, defina Justiça Transicional, apontando seus elementos centrais e as possíveis hipóteses de atuação do Defensor Público. (6 pontos)